

ANÁLISE DA DESIGUALDADE NA RENDA DO TRABALHO NO BRASIL ENTRE 2012 E 2018

ANALYSIS OF INEQUALITY IN LABOR INCOME IN BRAZIL BETWEEN 2012 AND 2018

Ana Márcia Rodrigues da Silva

 <http://lattes.cnpq.br/5228639487159834>

Doutora em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) - Campus Avançado de Varginha/MG.

Thomas Henrique Caetano de Assis

 <http://lattes.cnpq.br/2094492060541730>

Graduação em andamento em Interdisciplinar em Ciência e Economia. Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL/MG, Brasil.

Beatriz Cristina Cardeal de Sousa

Resumo

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela desigualdade de renda entre os trabalhadores. Diante disso, por meio deste trabalho objetiva-se analisar a desigualdade de renda do trabalho no Brasil entre os anos de 2012 e 2018. Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua dos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018. Com base nesses dados foram calculados coeficientes de Gini. A análise dos resultados permitiu concluir que, em geral, houve um aumento na desigualdade da renda do trabalho nos anos analisados. A desigualdade de renda do trabalho é mais acentuada nas regiões Nordeste e Norte, nos estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba e também no Distrito Federal, entre pessoas do sexo masculino, e entre pessoas de raça amarela. Por fim, identificou-se que a desigualdade de renda do trabalho aumentou mais acentuadamente entre indivíduos sem instrução.

Palavras-chave: Desigualdade; Renda do trabalho; Gini.

Abstract

The Brazilian labor market is characterized by income inequality among workers. Therefore, this paper aims to analyze the income inequality of labor in Brazil between 2012 and 2018. For this purpose, were used data from the Brazilian National Household Sample Survey (PNAD) continuous, from the years 2012, 2014, 2016 and 2018. Based on these data, were calculated the Gini coefficients. The analysis of the results showed that, in general, there was an increase in labor income inequality in the years analyzed. Labor income inequality is more pronounced in the Northeast and North regions, in the states of Pernambuco, Piauí, Paraíba and also in the Federal District, among males people, and among yellow race people. Finally, it was found that labor income inequality increased most sharply among uneducated people.

Key words: Inequality; Labor income; Gini.

Introdução

Conforme Fox (1984), a partir dos anos de 1960 e 1970 os estudos em torno da desigualdade de renda no Brasil ganharam impulso, quando a desigualdade passou a chamar a atenção dos pesquisadores. Sendo assim, muitos estudos foram desenvolvidos, como Hoffman e Duarte (1972) com a intenção de investigar seus condicionantes por meio das variações no índice de Gini¹, que pode ser utilizado para medir o grau de concentração de renda.

No Brasil, a renda gerada no processo produtivo é apropriada de forma muito desigual entre população do país. Além disso, este é um tema importante porque um dos determinantes da pobreza² é a desigualdade da distribuição de renda. Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), a intensidade da pobreza está vinculada à concentração de renda. Dessa forma, ao comparar o Brasil com outros países como a Argentina e Chile, nota-se que possuem renda *per capita* similar à do Brasil. Mesmo assim, os índices de pobreza brasileira são mais altos, comparados a esses países, fato que está relacionado com a distribuição desigual da renda.

Como a principal fonte de renda da classe trabalhadora é a renda do trabalho, justifica-se o estudo sobre a desigualdade na renda do trabalho. Isso é importante para verificar se a alta desigualdade de renda no Brasil persiste quando o enfoque é o rendimento auferido por meio do trabalho.

Sendo assim, o intuito deste estudo analisar a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. Para realizar o estudo foi utilizado dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua dos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018. Estes anos foram escolhidos, porque a PNAD contínua inicia-se em 2012, e o ano de 2018 era o mais recente, no momento de realização desta pesquisa. Com o a finalidade de verificar o comportamento da desigualdade, e para sintetizar a análise, foram utilizados dados de dois em dois anos.

Este estudo encontra-se estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se uma breve análise sobre a desigualdade de renda no Brasil. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia. Em seguida, expõem-se os resultados e discussão.

¹O coeficiente de Gini será apresentado na metodologia. Sua interpretação é: quanto mais próximo de 1, maior a situação de desigualdade.

² Segundo Rocha (2000) a situação de pobreza pode ser caracterizada por insuficiência de rendimentos abaixo de um nível mínimo denominado linha de pobreza.

Desigualdade de renda no Brasil

Os países latino-americanos se destacam por apresentarem altos índices de desigualdade na distribuição de renda, fato que também pode ser explicado pelo processo de formação histórica dessas antigas colônias da Espanha e de Portugal. Segundo Hoffman (2001), esses países que tinham como característica a produção e a exportação de produtos primários tinham uma grande concentração da posse de terras, o que influenciou a maneira como a renda foi distribuída.

Assim, a desigualdade de renda no Brasil é um problema que pode ser explicado pelo processo histórico concentrador, possibilitado desde a colonização do tipo exploração, passando pela consolidação do trabalho escravo, pela distribuição da terra e pela produção voltada para o setor externo. O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a industrialização e a urbanização, e o padrão de desenvolvimento que se firmou gerou uma sociedade desigual (DEDECCA, 2005).

Neste trabalho será abordada a desigualdade de renda, especificamente da renda do trabalho, no período mais recente, especialmente, a partir da última década. Para tanto, nas próximas seções, será contextualizada brevemente esta questão.

Breve análise sobre a desigualdade de renda

Para a análise da desigualdade na distribuição de renda, segundo Hoffmann (2000, p. 81-82) é necessário especificar a variável a ser utilizada, bem como, a população estudada. Pode-se estabelecer o estudo com base em rendimentos como: “a) o rendimento de todas as fontes das pessoas economicamente ativas; b) o rendimento de famílias residentes em domicílios particulares; e c) o rendimento *per capita* de pessoas de famílias residentes em domicílios particulares”.

Neste trabalho, será analisada a desigualdade focada em um grupo específico de indivíduos, ou seja, os trabalhadores. Para tanto, baseia-se na renda auferida por meio da oferta de sua força de trabalho. Assim sendo, a variável utilizada será a renda do trabalho e a população analisada constitui-se pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Para tratar sobre este tema, vale realizar um breve levantamento histórico sobre o assunto, cabendo destacar a desigualdade de renda em geral, isto é, da renda domiciliar *per capita* que envolve todas as fontes de renda, incluindo a renda oriunda do trabalho. Um grande marco no estudo desta questão está no período de ditadura militar, quando a partir de 1968 foi registrado o “Milagre Econômico”, caracterizado por elevadas taxas de crescimento da economia. Neste período, os níveis de desigualdade de renda foram elevados. Foi nesse

momento que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) atingiu dois dígitos e a inflação apresentou baixos níveis, comparado aos períodos anteriores (EARP; PRADO, 2003).

Em contraposição a esses resultados, dados do Censo de 1970 permitiram averiguar, segundo Earp e Prado (2003), que a distribuição de renda alcançou as piores taxas em relação à década de 1960. Como discutido por Furtado (1968), alguns países que passaram pelo processo de substituição de importações³, como o Brasil, com a ascensão de um novo tipo de desenvolvimento capitalista, apresentavam exclusão social e concentração de renda. Essa desigualdade na distribuição de renda influenciou a diversificação do consumo das diferentes classes existentes.

Conforme Earp e Prado (2003), o crescimento do PIB acompanhado de crescimento na desigualdade de renda seria o reflexo da política econômica, que não criou condições de ascensão social. Com isso, Segundo Bonelli e Ramos (1993), o índice de Gini no Brasil em 1960 era de 0,50 e expandiu para 0,57 em 1970. Nos anos de 1986 e 1989, foi possível notar um crescimento na desigualdade diante da instabilidade econômica dos anos 1980, de modo que o coeficiente de Gini chegou a 0,64 em 1989 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001). De acordo com Bonelli e Ramos (1993), a distribuição de renda no Brasil é marcada por assimetria entre os extratos de renda.

Em 1993, segundo Hoffman (2001), ao relacionar a inflação com a distribuição de renda constatou-se que com o processo hiperinflacionário, o índice de Gini que era de 0,605. Em 1999 houve uma diminuição para 0,572, momento em que se alcançou relativa estabilidade dos preços na economia. Assim, apesar das políticas neoliberais⁴ implementadas nos anos 1990, outros fatores agiram no sentido da redução da desigualdade de renda.

A diminuição da desigualdade de renda pode ser explicada pela eliminação do cenário hiperinflacionário e, principalmente, pela consolidação do maior amparo social possibilitado pela Constituição de 1988. A Constituição de 1988 garantiu programas sociais de transferências de renda, como o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)⁵, além de incorporar o trabalhador da agricultura familiar à Previdência, independente de contribuição.

Durante governo de Fernando Henrique Cardoso, que se iniciou em 1995, foram desenvolvidos programas como Bolsa Escola, Auxílio Gás e Bolsa Alimentação. Nos mandatos

³ O Processo de Substituição de Importação, Segundo Fonseca e Souza (2009), foi um processo que iniciou na Era Vargas e tinha como característica a produção voltada para o mercado interno. Sendo assim, dependia de políticas governamentais para a proteção da indústria nacional à concorrência externa.

⁴ Pode-se destacar a abertura econômica, processo de reestruturação produtiva, privatizações, entre outras.

⁵ Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993.

de Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, houve a criação do Programa Fome Zero, que foi incorporado ao Programa Bolsa Família. Esses programas de transferência de renda foram importantes para ampliação da assistência social, de modo que contribuíram para a diminuição da desigualdade (SILVA, 2013).

O Gini no Brasil sofreu uma queda de 0,593 para 0,556 no período entre 2001 e 2005, porém, continuava ocupando um dos mais altos graus de desigualdade mundial. Considerando o índice de Gini, em um *ranking* de 124 países que possuíam informações sobre a desigualdade, em 2001, 95% dos países possuíam melhor distribuição de renda que o Brasil. Em 2005, o Brasil avançou. Mesmo assim, 90% dos países ainda possuíam melhor distribuição de renda que o Brasil, conforme o Gini (BARROS, et al. 2007).

Na análise realizada por Baptistella, Souza e Ferreira (2011), em 2001 a renda dos mais pobres, era 27,5 vezes inferior à dos mais ricos. Em 2009, houve uma redução de 30,9% na concentração de renda. Quando se considera macrorregiões do Brasil, o Sudeste foi onde essa queda foi mais significativa, com uma redução 33,3% entre 2001 e 2009. Já na região Nordeste, a diminuição foi cerca de 20%, sendo identificada como a região onde ocorreu a menor redução. O estudo considera que, de 2001 a 2009, de maneira geral, as macrorregiões brasileiras evoluíram de maneira positiva em relação à concentração de renda. A renda dos mais pobres aumentou, justificando a diminuição da desigualdade.

Outro fator que explica a queda na desigualdade de renda é o ganho real do salário mínimo. Em um estudo desenvolvido por Hoffman (2005), é abordado que, embora tenham contribuído, as transferências de renda não são a principal causa na redução da desigualdade. Para ele, os programas sociais reduzem a desigualdade em torno de 10% a 20%. Sendo assim, constatou-se que entre 2002 e 2004, o grau de associação entre a redução da desigualdade do rendimento domiciliar *per capita* estava associado ao rendimento de todos os trabalhadores.

Brito, Foguel e Kerstenetzky (2015) apontam para o aumento real do salário mínimo entre 1995 e 2015, o que influenciou o processo evolutivo da desigualdade de renda. Ademais é exposto pelos autores que a variável salário mínimo contribuiu para a redução da desigualdade de renda medida pelo Coeficiente de Gini, aproximadamente em três quartos da redução.

De acordo com Saboia (2018), o salário mínimo real cresceu 128,8% entre os anos de 1995 e 2014. Há que se destacar a conjuntura econômica favorável associada à opção de política econômica que possibilitou crescimento econômico e maior acesso à renda. De acordo com o autor, o salário mínimo pode explicar quase metade da queda do índice de Gini entre 2004 e 2013, que se relaciona principalmente aos rendimentos oriundos do trabalho, mas também às aposentadorias, pensões e ao BPC.

Desigualdade na renda do trabalho

O mercado de trabalho brasileiro é marcado pela desigualdade de renda entre os trabalhadores. Segundo Cambota e Pontes (2007), a escolaridade interfere na desigualdade de renda, uma vez que, a remuneração pelo trabalho pode ser influenciada pelo nível de escolaridade. Contudo, verificam-se diferenças de remunerações justificadas não somente pela escolaridade, como por exemplo, entre gênero e raça, o que caracteriza discriminação salarial ou segregação ocupacional (RIBEIRO; ARAUJO, 2016).

Na Tabela 1, são apresentadas algumas estatísticas descritivas sobre a renda nominal do trabalho principal no Brasil no período de análise desta pesquisa, com base nos dados das PNADs contínuas. Nota-se que em todos os anos há uma grande discrepância entre a renda média e a renda máxima. Além disso, o comportamento dos coeficientes de variação aponta para heterogeneidade da renda do trabalho no Brasil.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho no Brasil, 2012-2018*

	2012	2014	2016	2018
Renda média	1326,43	1538,84	1800,67	2019,83
Desvio padrão	2194,83	2423,98	2938,19	3421,31
Renda máxima	500000,00	413500,00	1000000,00	592000,00
Renda mínima	0	0	0	0
Coefficiente de variação	1,65	1,57	1,63	1,69
Percentil 1	0	0	0	0
Percentil 50	800,00	960,00	1100,00	1200,00
Percentil 99	10000,00	10500,00	12000,00	15000,00
Salário mínimo*	622,00	724,00	880,00	954,00

* Renda nominal em R\$.

*Os dados sobre o salário mínimo, referem-se ao salário mínimo nominal e foram retirados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Os dados da Tabela 1 permitem observar maiores rendas médias no período analisado, assim como aumentou o salário mínimo. Mesmo em 2018, percebe-se que 50% dos trabalhadores auferiram renda menor ou igual a R\$ 1.200,00. Além disso, nota-se que o coeficiente de variação atingiu 1,69 em 2018, o que aponta para um aumento da heterogeneidade entre as rendas.

Segundo Madalozzo (2008), a desigualdade da renda do trabalho entre gêneros diminuiu a partir da segunda metade dos anos 1990 no Brasil. Apesar disto, as mulheres possuem em média maior escolaridade, e ainda assim os menores rendimentos. Diante da expansão do número de mulheres no mercado de trabalho, a diferença de remuneração entre gêneros com

ensino superior e pós-graduação, reduziu de 47% para 38% do ano 1995 para o ano de 2006 (MADALOZZO, 2008). Conforme Ribeiro e Araújo (2012), os homens adultos possuíam em média 7,7 anos de estudo em 2012, enquanto as mulheres adultas atingiram uma escolaridade média de 8,1 anos de estudo no mesmo ano.

Na Tabela 2, são apresentadas algumas estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho entre os sexos, no período de análise deste estudo. Nota-se que a renda média dos homens em todos os anos é sempre superior à renda média do trabalho auferida pelas mulheres.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho por sexo no Brasil, 2012-2018*

	2012		2014		2016		2018	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Renda média	1457,49	1129,85	1681,67	1324,13	1929,76	1608,06	2178,14	1792,86
Desvio padrão	2485,41	1646,97	2713,04	1888,59	3336,81	2199,75	3886,35	2597,22
Renda máxima	500000,00	19000,00	413500,00	250000,00	1000000,00	100002,00	592000,00	3000000,00
Renda mínima	0	0	0	0	0	0	0	0
Coefficiente de variação	1,71	1,45	1,61	1,42	1,73	1,36	1,78	1,45
Percentil 1	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentil 50	880,00	700,00	1000,00	813,00	1200,00	1000,00	1300,00	1100,00
Percentil 99	10500,00	8000,00	12000,00	9000,00	15000,00	10000,00	16000,00	12000,00

* Renda nominal em R\$.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Em 2012, a renda média do trabalho feminino era 1,29 vezes inferior à do homem. Em 2018, essa razão reduziu para 1,21. Pode-se perceber que há maior heterogeneidade entre as rendas auferidas pelos homens, do que entre as rendas auferidas pelas mulheres, visto que o coeficiente de variação é menor no segundo caso (Tabela 2).

Com relação à cor ou raça, em 1996 a população branca brasileira representava cerca de 50% da população. No que diz respeito à renda, os não brancos possuíam remuneração que alcançava 40% da renda dos brancos. Barros e Mendonça (1996), em seu estudo consideraram que a discriminação salarial por raça dependente de fatores geográficos, educacionais e ocupacionais. Assim, as diferenças de remuneração são explicadas com base no setor em que o trabalhador está inserido, conforme o nível de escolaridade, e ainda por se situarem em regiões geográficas, como a Norte e a Nordeste, onde as condições de trabalho são mais precárias.

No ano de 2016 as pessoas brancas auferiam uma renda média de todos os trabalhos 45% superior à das pessoas pardas e pretas, cujos rendimentos médios eram respectivamente de R\$ 2.810,00; R\$ 1.524,00; e R\$ 1.547,00. Os brancos possuem rendimentos de 30,8%

maiores que a média nacional, sendo que os pretos receberam rendimentos 28% menores e os pardos 29,1% a menos (IBGE, 2017).

Na Tabela 3, estão expostas as estatísticas descritivas, estimadas neste trabalho sobre a renda do trabalho e acordo com a cor ou raça. Optou-se pela divisão entre brancos e não brancos (que inclui todas as demais raças).

Percebe-se que em todos os anos a renda dos trabalhadores brancos é superior à renda dos trabalhadores não brancos. No ano de 2012, a razão entre as rendas médias era de 1,69. Este mesmo resultado persistiu em 2018, o que indica que mesmo em 2018, a renda média dos brancos ainda era 1,69 vezes maior que a renda média dos trabalhadores não brancos.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho por cor ou raça no Brasil, 2012-2018*

	2012		2014		2016		2018	
	Brancos	Não brancos	Brancos	Não brancos	Brancos	Não brancos	Brancos	Não brancos
Renda média	1717,30	1016,70	2003,53	1193,00	2352,75	1395,12	2651,93	1569,02
Desvio padrão	2822,21	1451,21	3111,34	1655,05	3897,70	1851,06	4442,88	2342,56
Renda máxima	500000,00	160300,00	413500,00	250000,00	1000000,00	150000,00	592000,00	302500,00
Renda mínima	0	0	0	0	0	0	0	0
Coefficiente de variação	1,64	1,42	1,55	1,39	1,65	1,32	1,67	1,49
Percentil 1	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentil 50	1000,00	685,00	1200,00	800,00	1500,00	950,00	1500,00	1000,00
Percentil 99	12500,00	6400,00	15000,00	7500,00	16000,00	8700,00	20000,00	10000,00

* Renda nominal em R\$.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

O coeficiente de variação demonstrou que a heterogeneidade da renda entre os trabalhadores brancos é superior. Assim, embora os trabalhadores não brancos possuam rendas menores, há um comportamento menos heterogêneo da renda entre estes indivíduos (Tabela 3).

De acordo com o estudo do Ribeiro (2017), a desigualdade de renda entre os indivíduos no mercado de trabalho se deu pelo nível de escolaridade, sendo que quando a escolaridade exigida pelo o mercado de trabalho é compatível com a escolaridade do indivíduo, isto traz consigo maiores rendimentos. Isso porque, segundo o autor, quando o indivíduo é mais escolarizado, ele tem maior produtividade e com isso atinge uma maior remuneração⁶. Neste caso, o aumento salarial é visto como uma recompensa pelo o nível de escolaridade.

Apesar disto, como já foi abordado, há que se considerar a presença de discriminação e de segregação no mercado de trabalho, quando, mesmo escolarizados os indivíduos auferem

⁶ O autor faz este tipo de análise baseando-se na Escola Clássica de economia e na teoria do Capital Humano, segundo a qual, a remuneração é estabelecida conforme a produtividade.

renda do trabalho menor com base em características que não interferem na sua produtividade, como o sexo e a raça. Com base nisto, não há garantias que a escolaridade irá acarretar necessariamente maiores rendimentos para o trabalhador.

Quando se considera a escolaridade, no ano de 2016 os trabalhadores sem escolaridade recebiam em média cerca de R\$884,00, já o trabalhador apenas com o ensino médio, possuía o seu rendimento médio de cerca de R\$ 1.716,00, e o indivíduo com o ensino superior completo tem seu rendimento médio de R\$ 5.189,00 (IBGE, 2017). Assim, o rendimento médio do trabalho aumenta conforme a escolaridade.

Na Tabela 4, estão expostas as estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho conforme a escolaridade entre 2012 e 2018⁷. Para facilitar a exposição dos dados optou-se pela divisão entre indivíduos com ensino superior e sem ensino superior, estes últimos incorporam todos os demais níveis de escolaridades anteriores.

Com base na Tabela 4, nota-se que a razão entre as rendas médias dos trabalhadores que possuíam nível superior e os que não possuíam era 3,54 em 2012. Em 2018, esta razão era de 3,27. Assim, houve uma pequena diminuição do distanciamento entre estas rendas.

Apesar disto, o coeficiente de variação das pessoas com ensino aponta para uma maior variabilidade entre estas rendas em 2018. Em oposição, os rendimentos do trabalho das pessoas sem ensino superior se comportaram de maneira menos heterogênea (Tabela 4).

Tabela 4 – Estatísticas descritivas sobre a renda do trabalho por escolaridade no Brasil, 2012-2018*

	2012		2014		2016		2018	
	Sem ensino superior	Com ensino superior						
Renda média	1021,01	3619,15	1180,36	3971,25	1347,05	4508,66	1462,71	4797,28
Desvio padrão	1381,74	4548,63	1539,03	4783,73	1690,34	5878,02	1936,37	6488,99
Renda máxima	200000,00	500000,00	300000,00	413500,00	300000,00	1000000,00	270000,00	592000,00
Renda mínima	0	0	0	0	0	0	0	0
Coeficiente de variação	1,35	1,25	1,30	1,20	1,25	1,30	1,32	1,35
Percentil 1	0	250,00	0	99,00	0	200,00	0	0
Percentil 50	700,00	2300,00	850,00	2500,00	1000,00	3000,00	1050,00	3000,00
Percentil 99	5500,00	20000,00	6000,00	21200,00	7000,00	25000,00	8000,00	30000,00

* Renda nominal em R\$.

Fonte: Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

⁷ Não é objetivo deste trabalho focar as diferenças de renda e escolaridade oriundas da discriminação e segregação. Este tema será motivo de estudos futuros.

Discutidas estas questões, na próxima seção será apresentada a metodologia deste trabalho para se traçar uma análise mais precisa sobre a desigualdade da renda do trabalho. Neste intuito, será estimado o coeficiente de Gini, conforme será descrito.

Metodologia de análise

Neste estudo, foi utilizada como base de dados a PNAD contínua dos anos 2012, 2014, 2016 e 2018. A PNAD contínua é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem como objetivo acompanhar as variações trimestrais, a evolução da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

Para estimação do grau de desigualdade de rendimentos do trabalho principal no Brasil foi utilizado o programa estatístico STATA. Assim, por meio do comando *inequal7*, estimou-se o índice de Gini aplicado à renda do trabalho principal.

O índice de Gini é um bom indicador para medir o grau de concentração de renda num determinado grupo. Numericamente, o índice varia de 0 a 1, onde o valor zero representa que não existe nenhuma desigualdade, ou seja, onde todos possuem o mesmo rendimento, já o valor um representa a desigualdade máxima.

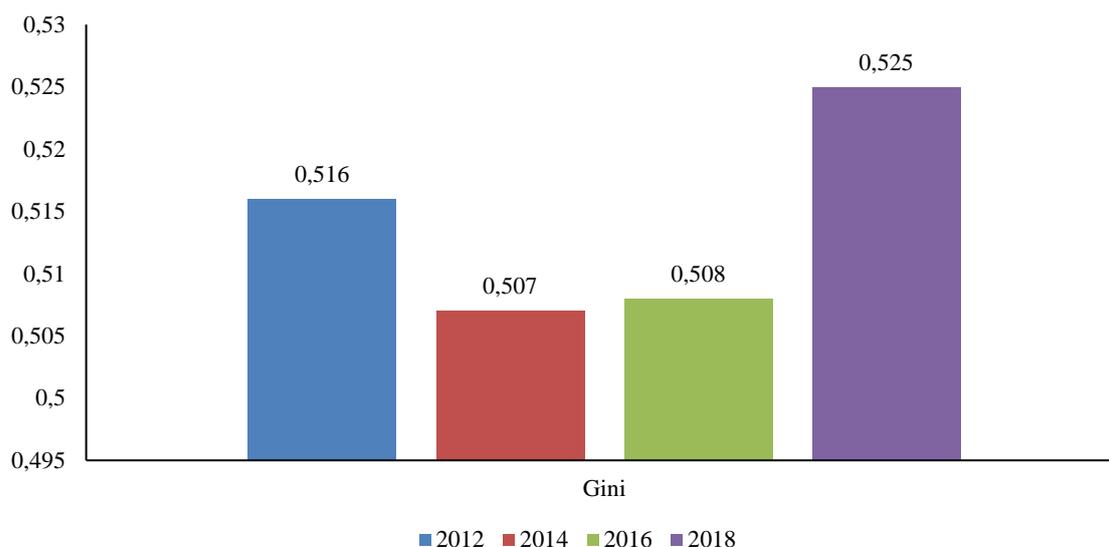
Contudo, o índice é definido como o quociente entre a desigualdade verificada π e seu valor teórico máximo (entre 0 e 0,5). Sendo, $0 \leq \pi \leq 0,5$, o índice pode ser representado pela seguinte fórmula:

$$G = \frac{\pi}{0,5} = 2\pi \quad (1)$$

Estimados os índices de Gini, foi analisada a desigualdade de renda do trabalho principal, dentro de recortes geográficos como regiões e Unidades da Federação. Além disso, considerando-se a importância das variáveis ressaltadas na seção anterior, foram acrescentadas estimativas relacionadas ao sexo, cor ou raça e anos de estudo.

Resultados e discussões

Nessa seção são apresentados os resultados obtidos nesse estudo. No Gráfico 1, estão expostos os índices de Gini da renda do trabalho para o Brasil como um todo entre os anos de 2012 e 2018.

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini da renda do trabalho para o Brasil 2012-2018

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Com base no Gráfico 1, nota-se em geral, houve um aumento na desigualdade da renda do trabalho, conforme o Gini. O Gini passou de 0,516 em 2012 para 0,525 em 2018, demonstrando um aumento de 1,74%, conforme a variação percentual. Assim, o comportamento da desigualdade foi de diminuição de 2012 para 2014 e de aumento a partir daí até o ano de 2018.

O aumento na desigualdade da renda do trabalho pode ser explicado pelo cenário econômico deste período. Em relação a esse cenário, Pochmann (2015, p. 7-8) afirma que:

[...] a desaceleração da economia brasileira combinada com a desoneração fiscal contribuía decisivamente para o esvaziamento da arrecadação tributária, implicando aumento da relação entre a dívida bruta do setor público consolidado e o Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 53,3% para 58,9% do PIB entre 2013 e 2014, após ter decrescido 2,7% entre 2013 e 2012. [...] em relação ao PIB, o endividamento bruto do setor público passou de 59,8% para 64,6% entre janeiro e julho de 2015. A principal razão disso se deve à recessão, que fomentada pela forte elevação dos juros, que não freou a inflação, contribui tanto para o crescimento do endividamento público como para a menor arrecadação tributária. Mesmo com o contingenciamento dos gastos públicos, o superávit fiscal não apareceu.

Assim, segundo Pochmann (2015), o ano de 2015 é considerado um ponto de inflexão no mercado de trabalho, visto que se interrompeu a trajetória de queda na taxa de desemprego. Conforme o DIEESE (2019, p.1):

O período de 2004 a 2014 caracterizou-se pelo aumento da formalização do mercado de trabalho, com elevação do emprego assalariado com carteira e redução do assalariamento sem carteira e dos autônomos. A partir de 2015, devido à crise econômica, houve reversão deste movimento, com aumento expressivo do desemprego e da informalidade.

Nesse sentido, o aumento do desemprego e a inserção de indivíduos na informalidade e em postos de trabalhos não assalariados, ajudam a explicar o aumento da desigualdade da renda do trabalho. Isto interfere na renda obtida pelos trabalhadores.

De acordo com Neri (2018), durante 2015 a 2018, a renda média do trabalho se reduziu em 3,44% para todos os trabalhadores. No entanto, essa redução foi mais acentuada entre os jovens, os responsáveis pelos domicílios, as pessoas com o ensino médio incompleto e entre as pessoas das regiões Nordeste e Norte. O desemprego explica essa queda, fazendo houvesse um agravamento da desigualdade e a pobreza.

Na Tabela 5, estão apresentados os coeficientes de Gini estimados para as regiões brasileiras. Cabe destacar que a variação percentual apresentada na Tabela 5, assim como nas demais tabelas, refere-se ao ano de 2018 em relação ao ano de 2012. O Brasil é caracterizado por desigualdades regionais na distribuição de renda domiciliar *per capita*. Além das questões socioeconômicas inerentes a cada região, a informalidade no trabalho é outra causa das diferenças de renda entre as regiões.

Tabela 5- Gini da renda do trabalho por regiões brasileiras – 2012-2018

Região	2012	2014	2016	2018	Variação Percentual
Norte	0,507	0,488	0,499	0,518	2,170%
Nordeste	0,517	0,521	0,514	0,523	1,161%
Sudeste	0,481	0,477	0,472	0,497	3,326%
Sul	0,459	0,445	0,443	0,454	-1,089%
Centro-Oeste	0,513	0,483	0,484	0,494	-3,704%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Na composição das rendas familiares, o Nordeste é a região que possui o menor percentual de rendimentos oriundos do trabalho. No entanto, nesta região o percentual de rendimentos de outras fontes é mais alto, que inclui os programas de transferência de renda. Pelas condições de pobreza da população destas regiões, vale ressaltar que o Nordeste e o Norte são as regiões que mais dependem de programas de transferências de renda (IBGE, 2017).

Com base na Tabela 5, nota-se que região Nordeste possui os índices de Gini maiores em todos os anos, assim sendo classificada como a região mais desigual do Brasil, seguida da região Norte, exceto no ano de 2012. Esta maior desigualdade da renda do trabalho pode ser explicada pelo maior grau de pobreza nestas regiões e pela presença de ocupações informais, conforme foi ressaltado.

Logo depois, a região Centro-Oeste se classifica como a segunda região mais desigual em 2012, e a terceira nos anos de 2014 e 2016, porém a variação do índice de Gini foi a maior entre 2012 e 2018, ou seja, de 2012 para 2018, o índice se reduziu em 3,704%. Considerando o ano de 2018, a região Nordeste é novamente a mais desigual, seguida das regiões Norte, Sudeste, Centro-oeste e Sul. A região Sul é a que apresentou os menores índices de Gini nos quatro anos, sendo assim, caracterizada como a região menos desigual. A região Sudeste foi a que obteve um aumento de 3,326 %, no Gini da renda do trabalho, destacando-se como maior variação positiva do índice.

Na Tabela 6, estão apresentados os coeficientes de Gini estimados por Unidade da Federação. O índice de Gini do Distrito Federal se destacou com o maior no ano de 2012, e foi o que apresentou maior redução da desigualdade de 2012 a 2018. Já o Piauí, com o Gini no valor de 0,564, também se destacou no ano de 2012, seguido da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Amazonas. No ano de 2014, o estado de Pernambuco obteve o maior grau de desigualdade de renda, fazendo com que o Piauí novamente ficasse em segundo lugar como o estado mais desigual. Como se mostra na Tabela 5, a região Sul é a que apresentou menor desigualdade da renda do trabalho, com destaque para o estado de Santa Catarina como menos desigual em todos os anos analisados.

Tabela 6 – Gini da renda do trabalho por Unidades da Federação – 2012-2018

Estados	2012	2014	2016	2018	Variação Percentual
Rondônia	0,462	0,433	0,430	0,466	0,866%
Acre	0,514	0,472	0,496	0,504	-1,946%
Amazonas	0,520	0,507	0,529	0,520	0%
Roraima	0,509	0,517	0,513	0,531	4,322%
Pará	0,510	0,487	0,499	0,544	6,667%
Amapá	0,488	0,481	0,500	0,491	0,615%
Tocantins	0,510	0,489	0,486	0,508	-0,392%
Maranhão	0,508	0,504	0,521	0,513	0,984%
Piauí	0,564	0,550	0,560	0,547	-3,014%
Ceará	0,506	0,503	0,506	0,538	6,324%
Rio Grande do Norte	0,478	0,482	0,483	0,493	3,138%
Paraíba	0,513	0,523	0,531	0,561	9,357%
Pernambuco	0,536	0,558	0,513	0,522	-2,612%
Alagoas	0,429	0,458	0,451	0,438	2,098%
Sergipe	0,538	0,537	0,519	0,531	-1,301%
Bahia	0,539	0,522	0,516	0,528	-2,041%
Minas Gerais	0,489	0,478	0,475	0,489	0%
Espírito Santo	0,471	0,468	0,461	0,487	3,397%
Rio de Janeiro	0,470	0,473	0,451	0,487	3,617%
São Paulo	0,478	0,474	0,481	0,503	5,230%
Paraná	0,467	0,452	0,450	0,475	1,713%
Santa Catarina	0,422	0,406	0,400	0,406	-3,791%
Rio Grande do Sul	0,492	0,479	0,482	0,487	-1,016%
Mato Grosso do Sul	0,470	0,449	0,453	0,467	-0,638%
Mato Grosso	0,467	0,438	0,417	0,454	-2,784%
Goiás	0,462	0,443	0,429	0,455	-1,515%
Distrito Federal	0,581	0,549	0,558	0,556	-4,303%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Cabe ressaltar o aumento da desigualdade registrado em alguns estados conforme a variação percentual. Na Paraíba a desigualdade na renda do trabalho aumentou 9,357% no período analisado (2012-2018). No Pará esse aumento foi de 6,667%.

Na Tabela 7, estão apresentados os resultados conforme o sexo dos trabalhadores.

Tabela 7 – Gini da renda do trabalho por gênero – 2012-2018

Sexo	2012	2014	2016	2018	Variação Percentual
Homem	0,509	0,500	0,501	0,516	1,375%
Mulher	0,489	0,482	0,481	0,493	0,818%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

A desigualdade de renda entre homens foi maior em todos os anos analisados. O índice de Gini entre os homens obteve um crescimento de 1,375% entre 2012 e 2018. As mulheres

apresentaram menor desigualdade na renda do trabalho e tiveram um crescimento no Gini de 0,818%. Com isso, nota-se que embora a renda das mulheres seja inferior à dos homens, o comportamento da renda no primeiro grupo é mais homogêneo, como já havia salientado com base nas estatísticas descritivas.

Na Tabela 8, estão apresentados os coeficientes de Gini estimados por raça.

Tabela 8 – Gini da renda do trabalho por raça – 2012-2018

Raça	2012	2014	2016	2018	Varição Percentual
Branca	0,523	0,511	0,510	0,528	0,956%
Preta	0,449	0,447	0,450	0,470	4,677%
Amarela	0,559	0,533	0,550	0,593	6,082%
Parda	0,478	0,472	0,474	0,496	3,766%
Indígena	0,492	0,502	0,512	0,517	5,081%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Quando se compara a desigualdade de renda entre raças, pode-se observar que os amarelos possuíam maior desigualdade de renda entre si em todos os anos observados, com aumento no período analisado. Os brancos se destacaram em segundo lugar nos anos de 2012 e 2018. Os trabalhadores que se autodeclararam de cor ou raça preta e parda possuíam menor desigualdade de renda entre os cinco tipos de raça. Diante disso, percebe-se que pretos e pardos possuem renda média do trabalho mais homogênea e menor que as demais raças. Ademais, notou-se aumento da desigualdade de renda do trabalho entre todas as raças.

Na Tabela 9, estão apresentados os coeficientes de Gini estimados por nível de escolaridade.

Tabela 9 – Gini da renda do trabalho por nível de escolaridade – 2012-2018

Escolaridade	2012	2014	2016	2018	Varição Percentual
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	0,458	0,472	0,495	0,526	14,847%
1 a 4 anos de estudo	0,459	0,454	0,462	0,497	8,279%
5 a 8 anos de estudo	0,428	0,420	0,428	0,452	5,607%
9 a 11 anos de estudo	0,404	0,398	0,393	0,416	2,970%
12 a 15 anos de estudo	0,422	0,412	0,402	0,418	-0,948%
16 anos ou mais de estudo	0,482	0,478	0,472	0,491	1,867%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das PNADs contínuas.

Analisando a Tabela 9, constatou-se que quanto maior o nível de escolaridade, maior era a desigualdade de renda nos anos de 2012 e 2014. Contudo, quando se considera os anos de 2016 e 2018, pode-se observar que quando o indivíduo não possuía nenhuma instrução ou menos de um ano de estudo, o índice de Gini obteve os valores de 0,495 e 0,526, maiores que os identificados em todos os níveis de escolaridade. A desigualdade da renda do trabalho destes indivíduos aumentou 14,847%. Com relação aos indivíduos que possuíam entre 9 a 11 anos de estudo foi constatada menor desigualdade de renda entre todos os anos analisados. Já os indivíduos de 12 a 15 anos de estudo, tiveram uma variação negativa, ou seja, o Gini se reduziu de 2012 para 2018.

Os Coeficientes de Gini demonstraram que a desigualdade da renda do trabalho, diminuiu em algumas vertentes. Segundo IPEA (2010), a partir de 2004, a melhoria na distribuição de renda do trabalho fez com que houvesse uma queda na desigualdade de renda de maneira geral no Brasil, sendo que os trabalhadores com menores rendas foram os mais favorecidos e os rendimentos caíram para aqueles que possuíam maiores níveis de escolaridade. Soares (2006) também retrata que o mercado de trabalho é o principal determinante da queda da desigualdade de renda geral no Brasil entre 2001 e 2004, além disso, os programas de transferência de renda contribuíram para essa queda.

Entre 2001 e 2011 e houve diminuição da desigualdade de renda em geral, que está relacionada ao trabalho, previdência e programas de redistribuição de renda, que tiveram grande importância nesse decréscimo. Sem essas políticas desencadeadas pelo Estado brasileiro, a desigualdade teria caído 36% menos na década, segundo os autores (IPEA, 2012).

Nessa mesma visão, Baltar, Souen e Campos (2017) consideram que as diferenças de renda entre os trabalhadores diminuiriam por razão do aumento da renda média do trabalho entre 2004 e 2013. Segundo os autores, houve aumento da colaboração do trabalho na renda nacional.

Apesar disto, os dados analisados neste trabalho mostram que houve um aumento na desigualdade da renda do trabalho no ano de 2018. Este resultado pode ser explicado pela mudança no cenário econômico e aumento do desemprego, com expansão do número de empregos informais.

Considerações finais

Pode-se observar que houve uma queda da desigualdade de renda no Brasil nos anos 2000. Com relação à renda do trabalho, observa-se desigualdade de renda entre raças, sexo e conforme o grau de escolaridade. Com isso, as rendas médias dos brancos, homens e dos os indivíduos mais escolarizados, em geral, são maiores em relação aos demais.

Neste estudo, objetivou-se analisar o comportamento da desigualdade da renda do trabalho conforme algumas variáveis, medida pelo o índice de Gini. Para tanto foram utilizados dados das PNADs contínuas de 2012, 2014, 2015 e 2018.

De modo geral, a desigualdade da renda do trabalho principal aumentou no Brasil nos anos analisados. Houve uma queda da desigualdade de 2012 para 2014, e aumentou a partir daí, atingindo um Gini de 0,525 no ano de 2018.

Quanto às regiões, a desigualdade de renda no Nordeste foi a que mais se destacou no período estudado. Em todos os anos em análise, o Distrito Federal, Pernambuco, Piauí e Paraíba se mostraram os estados mais desiguais em relação aos demais. Em relação ao gênero, notou-se que a desigualdade de renda do trabalho entre homens foi maior que a desigualdade entre as mulheres. No que se refere às raças, a raça amarela foi a mais desigual no período estudado, obtendo variação no Gini de 6,082% de 2012 para 2018. Finalmente, os indivíduos com 16 ou mais anos de escolaridade se destacaram nos anos de 2012 e 2014, sendo os mais desiguais, já os indivíduos com menos de 1 ano de instrução, ou sem instrução, se destacaram pela maior desigualdade da renda do trabalho nos anos de 2016 e 2018.

Esses resultados podem ser explicados pelo dinamismo do mercado de trabalho e a mudança no cenário econômico no Brasil. Sugere-se que o aumento do emprego informal no Brasil, associado aos fatores mencionados, pode justificar o aumento na desigualdade na renda do trabalho evidenciada.

Bibliografia

BALTAR, P. E. A.; SOUEN, J. A.; CAMPOS, G. C. S. **Emprego e distribuição de renda. Texto para Discussão, n. 298.** Campinas: IE-UNICAMP, 2017.

BAPTISTELLA, J. C.F.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. **Queda na desigualdade de renda das macrorregiões brasileiras: a participação dos programas de transferência monetária no período 2001-2009.** In: *Anais do I circuito de debates acadêmicos.* IPEA, Brasília. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo31.pdf>>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias.** *Estudos feministas*, v.4, n.1. 1996. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16667/15236>>. Acesso em: 26 de agosto de 2019.

BARROS, R. P.; HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. **A Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro: Ipea, 2001. p.21-48.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A Queda Recente da Desigualdade de Renda no Brasil**. IPEA, 2007 (Texto para Discussão, 1258). Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1258.pdf>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BONELLI, R., RAMOS, L. **Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde os meados dos anos 70**. IPEA, jan. 1993 (Texto para Discussão, 288). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2493/1/td_0288.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2019.

BRITO, A.; FOGUEL, M.; KERSTENETZKY, C. **Afinal, Qual A Contribuição Da Política De Valorização Do Salário Mínimo Para A Queda Da Desigualdade No Brasil? Uma Estimativa Para O Período 1995-2013**. *Discussion Paper No. 109*. Center for Studies on Inequality and Development (CEDE), Dezembro, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/grupo_cede/publica%C3%A7%C3%B5es/site_antigo/tds/td109_02fba.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

CAMBOTA, J. C.; PONTES, P. A. **Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004**. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-350, maio./ ago. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rec/v11n2/a06v11n2.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

DEDECCA, C. **Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil**. *Revista de Economia Política* (São Paulo) Vol. 25, Nº 1 (97), 2005.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Salário mínimo nominal e necessário**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 2 de jul de 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Uma análise do período 2012- 2018 sob a ótica do Índice da Condição do Trabalho**. São Paulo. 2019. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/estudo2012-2018.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

EARP, F. S.; PRADO, L. C. **O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda (1967-1973)**. In: FERREIRA, J. L.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. (O Brasil Republicano, v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONSECA, P. C. D.; SOUZA, L. E. **O processo de substituição de importações**. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 357-358, abril-junho/2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/11.pdf>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

FOX, M. L. **Distribuição da renda no Brasil: dados mais exatos e novas descobertas**. *Rev. Adm. Empr.* Rio de Janeiro, 24(2): 29-39 abr .fjun. 1984. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v24n2/v24n2a04.pdf>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. **A distribuição de renda no Brasil**. *Revista de administração de empresas*. Rio de Janeiro, v.2, p. 46-66, abr./ jun. 1972. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v12n2/v12n2a05.pdf>> Acesso em: 29 de agosto de 2019.

HOFFMANN, R. **Distribuição da renda e crescimento econômico**. *Estudos Avançados*, USP – São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.

HOFFMAN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**. *Econômica*, v. 7, n. 2., p. 335-341, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/view/171/145>>. Acesso em: 01 de agosto de 2019.

HOFFMANN, R. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A Evolução Recente dos Rendimentos do Trabalho e o Papel do Salário Mínimo**. *Comunicados do Ipea*, n. 49. Ipea: Brasília, maio de 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100513_comunicadoipea49.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. *Comunicados do Ipea*, n. 155. Ipea: Brasília, setembro de 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

MADALOZZO, R. **Gênero e desigualdade**. GV Executivo. Getúlio Vargas Executivo. São Paulo. v. 7, n.6, p.34-38. nov./dez. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34282/33089>>. Acesso em: 26 de agosto de 2019.

NERI, M. **Qual foi o Impacto da Crise sobre Pobreza e Distribuição de Renda?** Rio de Janeiro: FGV Social, 2018. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

POCHMANN, M. **Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano**. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 29, n. 85, set/out 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00007.pdf>>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdade de renda atinge regiões, gêneros, cores e escolaridades**. *Editoria: Estatísticas Sociais*. Agência IBGE, 2017.

Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18377-desigualdade-de-renda-atinge-regioes-generos-cores-e-escolaridades>>. Acesso em: 28 de junho de 2019.

RIBEIRO, M. G. **Desigualdades de renda: a escolaridade em questão.** *Educ. Soc.*, Campinas. v. 38, n. 138, p.169-188. jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-ES0101-73302016154254.pdf>>. Acesso em 01 de agosto de 2019.

RIBEIRO, R.; ARAÚJO, G. S. **Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo.** *Nova Economia.* v. 26 n.1 p.147-177, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v26n1/1980-5381-neco-26-01-00147.pdf>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real.** *Texto para discussão, 721.* Rio de Janeiro: IPEA. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0721.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

SABOIA, J.; HALLAK NETO, J. **Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 27, n.1 (62), p. 265-285, abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v27n1/1982-3533-ecos-27-01-0265.pdf>>. Acesso de 27 de agosto de 2019.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** *Texto para Discussão.* n. 1.166,. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1166.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2019.

SILVA, W. V.V. **A Constituição de 1988 e a nova ordem social. A efetivação dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.** *Revista de Informação Legislativa.* Brasília, nº 200, p. 297-320, outubro/dezembro, 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502946/000991854.pdf?sequence=1>>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

*Artigo recebido em 29/08/2019
Aprovado em 06/03/2020*

Como citar esse artigo:

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da; ASSIS, Thomas Henrique Caetano de; SOUSA Beatriz Cristina Cardeal de. Análise da desigualdade na renda do trabalho no Brasil entre 2012 e 2018. *Revista de Economia da UEG.* Vol. 16, N.º 1, jan./jun. 2020.